

Diagnóstico de urgência

Por iniciativa da Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados, a crise da assistência médica no Brasil vai ser discutida em mesa-redonda, de alto nível, colocando-se frente a frente os principais responsáveis por um setor básico da infra-estrutura social do País. Representantes do poder público e da iniciativa privada discutirão os problemas que afetam a qualidade dos serviços hospitalares, cuja eficiência é contestada mediante reiteradas denúncias da imprensa, apontando situações absurdas, geradas num cotidiano de incônia e de desorganização, enfim, de completa ausência de meios capazes de dar uma sustentação sequer razoável para os crescentes índices de demanda por parte de uma clientela por igual ampliada em suas necessidades assistenciais.

Estarão presentes aos debates daquela comissão permanente da Câmara representantes dos Ministérios da Saúde, da Previdência Social e da Economia para oferecerem a versão oficial dos programas dirigidos a essa atividade fundamental de apoio às populações de todos os níveis, notadamente as que integram as camadas menos favorecidas. No mesmo sentido, serão debatidas as fontes e usos dos recursos oficiais postos à disposição da rede assistencial. Os estabelecimentos existentes, segundo o Ministério da Saúde, oferecem um total superior a 500 mil leitos, distribuídos por cerca de 30 mil unidades, incluídos aí postos de saúde, policlínicas, prontos-socorros, centros mistos e hospitais. A iniciativa privada mantém em disponibilidade um total de 11 mil estabelecimentos com aproximadamente 380 mil leitos, enquanto a rede oficial, englobando estabelecimentos municipais, estaduais e federais, não chega a totalizar 130 mil leitos nas quase 20 mil unidades que mantém.

Há uma premissa incontrovertida em relação ao sistema de saúde no Brasil. Ele está ultrapassado em sua ordenação

e na respectiva operacionalização, com erros essenciais na formação dos profissionais de saúde e na prestação direta dos serviços. Os dispêndios efetivados no setor, que correspondem a cerca de cinco por cento do Produto Nacional Bruto, apresentam em ordem de grandeza decrescente cerca de 40 por cento para pagamento de serviços e atos médicos relacionados em todo o País, 26 por cento para casas de saúde contratadas para a execução de serviços médicos, 17 por cento para os hospitais do INSS, dez por cento para os salários médicos do INSS e finalmente sete por cento para os hospitais universitários, conforme registro do professor Jaime Landmann.

Quanto ao quadro nosológico brasileiro as amostragens diárias e as estatísticas maiores revelam uma situação caótica. Várias doenças transmissíveis avançam sobre uma população cada vez mais vulnerável em sua higidez, numa progressão que aponta para mais de meio milhão de doentes de malária e 72 mil tuberculosos, para citar as duas mais presentes, sem mencionar a insidiosa Aids que percorre uma escalada insolita, abrangendo um contingente que já é o terceiro colocado nas planilhas sanitárias de todo o mundo.

A iniciativa da Câmara dos Deputados põe em relevo um dos mais graves problemas nacionais, exigindo, por isso mesmo, uma tomada de consciência que identifique os pontos críticos que levam o setor a uma crônica deficiência e a sofrimentos indizíveis, alcançando milhares de pacientes, peregrinos de uma ordem perversa em sua organização, desassistida, por inteiro, nos meios e nos fins de sua destinação. Existe um espaço decadente em vésperas de colapso, exigindo diagnóstico de urgência para medir e avaliar as formas adequadas para situá-lo nos níveis indispensáveis, capaz, enfim, de tornar útil e prestante o sistema de saúde nacional.